

A organização do trabalho pedagógico e as práticas de educação ambiental na escola básica relatadas em dissertações dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Pará

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.002-028>

Glaice da Silva Nascimento

Última Titulação: Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA) (2024) e é membra pesquisadora do GEPEDA/UFPA.

Instituição de Atuação Atual: Secretaria de Justiça do Pará e Secretaria Municipal de Educação.

E-mail: irmglaice2019@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9754740573904332>

Dilcélia Rodrigues Alves

Última Titulação: Mestra em educação pelo programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica-PPEB/UFPA e membra pesquisadora do GEPEDA/UFPA.

Instituição de Atuação Atual: É professora da Secretaria Municipal de Ananindeua- SEMED/PA, especialista em Educação pela Secretaria Estadual do Pará- SEDUC.

E-mail: dilceliarodrigues@yahoo.com.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2679148042901010>

José Bettencourt da Silva

Última Titulação: Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR, 2022) e em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA, 2016); Doutorado em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA, 2007);

Instituição de Atuação Atual: Universidade Federal do Pará

E-mail: josebittencourtsilva@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4719580090813166>

Ostelia Regina dos Santos Alves

Última Titulação: Especialista em Educação pela Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional - FADIRE (2015). Especialista em Sociedade, Cidadania e Políticas Públicas pela UFPA- Campus Marajó (2012).

Instituição de Atuação Atual: Secretaria Municipal de Breves - SEMED.

Breves/PA

Instituição de Atuação Atual: Secretaria de Educação do Estado do Pará - SEDUC, Diretoria Regional de Ensino de Breves.

E-mail: osteliaalves@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1427886031223997>

Raimundo de Jesus dos Santos Souza

Última Titulação: Mestrando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós Graduação em Direito, da Universidade Federal do Pará. Especialista em Direitos Fundamentais pela UFPA, 2023. curso de especialização em Gestão Publica e Direitos Humanos

Instituição de atuação profissional Atual: Defensoria Publica do Estado do Pará e Advogado do Escritório de Advocacia RJ Advocacia e Consultoria Jurídica.

E-mail : raijeduc@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7998068723143577>

Sheyla Rosanna Oliveira Moraes

Última Titulação: Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Nacional de Brasília (IREL/UNB, 2019);

Instituição de atuação profissional Atual: Secretaria de Educação do estado do Pará (SEDUC- PA)

E-mail: srom12@yahoo.com.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7061041213942299>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5188-2179>

RESUMO

O artigo apresenta um estudo descritivo e quantitativo cujo objetivo é a análise das dissertações que tiveram como objeto de estudo as práticas pedagógicas de Educação Ambiental na Educação Básica, com ênfase nas pesquisas vinculadas aos programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade Federal do Pará (UFPA). Traz como problema os dados obtidos especificamente dos cursos de mestrado nas áreas do Ensino e Formação de Professores selecionados nas literaturas defendidas entre 2005 e 2022 nessa instituição. A questão problema para a construção do trabalho foi: Qual a relação da produção científica com a prática pedagógica no chão da escola básica? O método utilizado foi à pesquisa bibliográfica e documental, identificaram-se 33 dissertações que abordam as práticas de Educação Ambiental na Educação Básica. O resultado encontrado desse quantitativo foram cinco produções que diretamente abordam a organização do trabalho pedagógico e a Educação Ambiental na Educação Básica na Amazônia paraense. Conclui-se que a relação produção e prática pedagógica vêm desenvolvendo atrelada a atividades pontuais no chão da escola básica, sendo os temas água, lixo e poluição os



mais citados de modo que a chamada pedagogia de projetos aparece como a mais recorrente forma de prática pedagógica implementada pelas escolas, quase sempre com o objetivo de conscientizar os alunos para a cidadania.

Palavras-chave: Trabalho pedagógico, Práticas pedagógicas, Educação Ambiental, Dissertações.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda tanto as práticas de Educação Ambiental (EA) na Educação Básica, quanto às colaborações que a organização do trabalho pedagógico produz para a materialização de ações na escola básica da Amazônia paraense. Desse modo, elegeu-se como estratégia de investigação o mapeamento das dissertações e teses que estão disponíveis no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará.

O caminho da investigação consistiu em realizar o levantamento das dissertações, a leitura minuciosa dos escritos e a análise dos conteúdos manifestos nas produções de mestrado que possuíam vinculação direta quer com as práticas pedagógicas de Educação Ambiental, quer com a gestão do trabalho pedagógico na escola básica da Amazônia paraense.

Optou-se por fazer o recorte temporal de 2005 a 2022, em virtude da aprovação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação (PPGED/ICED/UFPA) em agosto de 2003, após a publicação da Portaria de nº 1585 de 20 de junho de 2003 (BRASIL, 2003), que viabilizou a instituição do PPG, cuja primeira turma teve concluintes em agosto de 2005, quando também ocorreu a apresentação das primeiras pesquisas em forma de dissertação.

Dessas produções realizadas na primeira turma desse programa, há algumas a destacar. Por exemplo, no campo de investigação da Educação Ambiental, tem-se a produção da pesquisadora e mestre, atualmente, Sandra Cristina Santiago Freitas (2005), com contribuições significativas para o tema ao buscar estudar a política pública de Educação Ambiental em Belém, capital do Pará, entre 1997 e 2004. Sua pesquisa se deu a partir das fontes primárias (portarias, decretos e leis) que abordavam a EA na capital. Esse achado tornou-se referência para que outras produções fossem incentivadas no campo da Educação Ambiental sob o enfoque das Ciências da Educação.

No tocante a uma identidade específica que se busca explorar na Amazônia paraense, a presente perspectiva se pauta no que o pesquisador e professor da UFPA, Prof. Dr. Salomão Mufarrej Hage (2005), define como peculiaridade desse espaço territorial. Isso, porque a região se caracteriza por um elevado grau de complexidade, sendo muito diferente de outras regiões do país, uma vez que convivem em um mesmo espaço, de forma contraditória e conflitiva, economias extrativistas tradicionais, com processos de trabalho e de tecnologia simples, e atividades industriais, com grandes empreendimentos que usam modernas tecnologias.

Diante disso, abordar a Educação Ambiental a partir da identidade da Amazônia paraense é também definir o local a partir do qual são produzidas as pesquisas e as práticas pedagógicas. Essa ressalva é necessária, pois o território em tela é diferente do que normalmente é visto nas pesquisas sobre Educação Ambientais desenvolvidas desde a década de 1980 nas regiões Sudeste e Sul.

Em relação à Educação Ambiental no contexto nacional, tem-se como referência a Lei nº 9.795/1999, que definiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), alinhando esta política

à educação básica, reforçando sua importância para a formação de educandos e professores, com foco em sensibilizar a respeito das questões ambientais, sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Ao relacionar organização administrativa e pedagógica, ficou estabelecido que a Educação Ambiental formal fosse organizada pelo Ministério da Educação (MEC), que delegou aos estados, Distrito Federal e municípios a autonomia para criar as diretrizes e meios de inserção da EA em seus sistemas de ensino, em consonância com a PNEA. Sobre o financiamento, a previsão de seu custeio e manutenção está vinculada aos Planos Plurianuais (PPA) dos entes governamentais, dada a ausência da definição de fontes específicas de financiamento da Educação Ambiental na PNEA (BRASIL, 1999).

O foco das análises das dissertações tem como finalidade identificar como o trabalho pedagógico é orientado e orienta as ações de Educação Ambiental na escola básica da Amazônia paraense. O percurso da investigação lança mão da pesquisa bibliográfica, sobre a qual Gil (2002, p. 3) expressa:

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.

Em um momento preliminar, ela é bastante útil para aguçar a curiosidade do pesquisador e provocar inquietações sobre o tema a ser estudado. Justamente por isso, as dissertações analisadas permitiram identificar o foco dos autores no que tange à concepção de Educação Ambiental e à organização do trabalho pedagógico na escola básica na Amazônia paraense.

O foco das análises das produções tem como finalidade identificar como o trabalho pedagógico é orientado e como orienta as ações de Educação Ambiental na escola básica da Amazônia paraense.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia escolhida para a construção dessa pesquisa e para alcançar seus resultados baseou-se na busca pela essência do objeto de pesquisa – no caso em questão, das práticas pedagógicas de Educação Ambiental na escola básica.

O intuito é estabelecer um fio condutor entre a organização do trabalho pedagógico e as práticas pedagógicas De Educação Ambiental no chão da escola a partir das dissertações resultantes de pesquisas que tiveram como finalidade abordar a Educação Ambiental na escola básica, as quais foram produzidas por pesquisadores dos programas de pós-graduação (PPGs) *stricto sensu* da UFPA.

Para auxiliar a compreensão do tema em discussão e de suas singularidades, opta-se pela abordagem baseada em aspectos da teoria crítica da Educação Ambiental, tendo como referencial as produções de autores como: Layrargues e Lima (2014), que buscam problematizar a categorização das correntes de pensamento a respeito da Educação Ambiental; Tozoni-Reis (2012), que analisa a Educação Ambiental no Brasil (EA) com o enfoque marxista e defende um projeto de Educação Ambiental contra-hegemônico; e Loureiro (2008a, 2008b) que pensa a Educação Ambiental na perspectiva de uma educação “emancipatória e “crítica”.

Dito isto, o princípio orientador que informa a perspectiva aqui adotada é o materialismo histórico-dialético, o qual traz para essa pesquisa o movimento necessário de olhar para além das aparências no que diz respeito às práticas pedagógicas de Educação Ambiental no chão da escola, colaborando para a compreensão desta em sua totalidade.

Os documentos selecionados foram analisados à luz da proposta de Bardin (2011) em torno da metodologia de Análise de Conteúdo, que abarca dimensões analíticas de caráter linguístico e de técnicas documentais.

Conforme suas orientações, foi realizado o levantamento do material bibliográfico no repositório da UFPA, seguindo os passos propostos de realização de uma leitura minuciosa do material e da seleção do que seria interessante explorar para construção do corpus da pesquisa, e formulação da hipótese, dos indicadores e dos objetivos.

As dissertações foram então selecionadas a partir do uso de descritores e da leitura atenta dos resumos. Do total localizado no repositório institucional da UFPA, apenas cinco produções alcançavam a finalidade do que buscou se estudar.

A escolha pelo *lôcus* de pesquisa justifica-se pelo levantamento realizado na Região Metropolitana de Belém junto as agências formadoras em seus repositórios institucionais. Parte-se então de um já constatado protagonismo da UFPA no campo de produções de pesquisa relacionadas às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável.

É inclusive pertinente mencionar que, desde a década de 1970, a instituição vem investindo esforços em prol da realização de pesquisas que contemplem a matéria que fundamenta este estudo – faceta que não foi possível identificar no levantamento realizado junto a outras instituições de ensino superior regionais deste estado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ponto de partida aqui é o mapeamento realizado por Silva (2022), o qual encontrou 53 dissertações de mestrado defendidas e publicizadas em oito (8) PPGs da UFPA. Desse quantitativo, um total de 33 abordou como temática as práticas pedagógicas de Educação Ambiental (EA). Ao

definir a educação formal, delimitando o campo da Educação Básica, chegou-se ao universo de 15 dissertações e à identificação de cinco programas, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - PPGs da UFPA com textos analisados

Ord.	Programa de pós-graduação	Produções
1	Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável (PLADES/NAEA/UFPA)	02
2	Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino de Ciências Ambientais (PROFCIAMB/IG/UFPA)	06
3	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/ICED/UFPA)	01
4	Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemática (PPDECM/IEMCI/UFPA)	02
5	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM/IEMCI/UFPA)	04
Total		15

Fonte: Silva (2022).

É possível observar no Quadro 1 que o Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino de Ciências Ambientais (PROFCIAMB/IG/UFPA) se destaca no quantitativo de produções que abordam práticas pedagógicas em Educação Ambiental na escola básica, seguido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM/IEMCI/UFPA), com 4 produtos.

Os dois programas somam o total de 10 produções acadêmicas, sinalizando que os campos das Ciências da Vida e da Saúde e o das Ciências Exatas e da Terra têm-se destacado neste cenário de produções. Em contrapartida, o campo das Ciências Humanas ainda possui um quantitativo pequeno diante do universo de produções que foi analisado.

Ao relacionar as categorias Educação Ambiental, Gestão Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico no âmbito de escolas da rede básica de ensino na Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, foi possível encontrar cinco produções, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Gestão Escolar e Organização do Trabalho Escolar e a Educação Ambiental

Ord.	Menção do Autor/a	Menção do Orientador/a	Programas	Título
1	FURTADO (2020)	LOUREIRO	Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB)	Consumo Racional Da Água: Uso de Sequência Didática no Ambiente Escolar
3	KRAUSER (2013)	AZEVEDO	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Uímido (PPGDSTU)	Programa Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola: avaliação de sua efetividade na rede pública de ensino em quatro municípios no estado do Pará
4	SANTOS (2021)	SILVA	Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica	Análise do aspecto ideológico do discurso legitimador das políticas públicas educacionais ambientais da gestão municipal de Belém (1993 a 1996)
5	NONATO (2018)	CONTENTE	Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciência e Matemática	Saberes Ambientais: diálogos e construção de uma proposta de ensino para a Educação em Ciências
6	PINTO (2021)	SILVA	Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica.	Processo de construção do projeto político-pedagógico em escola básica na Amazônia paraense: a questão da participação e o lugar da Educação Ambiental na realidade da Escola Bosque do Outeiro, Belém, Pará

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva (2022).

A pesquisa realizada por Furtado (2020, p. 36) acabou por apontar o quanto “a atuação do Conselho Escolar e sua parceria com a gestão da escola na busca do bom andamento do processo educativo e da organização estrutural do prédio escolar tem produzido resultados positivos para o ensino e aprendizagem dos alunos”.

Portanto, essa iniciativa tem colaborado para motivar a equipe pedagógica a refletir sobre as ações de Educação Ambiental na escola e a organização do trabalho pedagógico a partir das problemáticas que surgiram na comunidade, o que nesse contexto está ligado aos resíduos sólidos que têm interferido no bem-estar dos que participam da escola e da comunidade local.

Ao realizar entrevista com a equipe de gestão da escola, a pesquisadora percebeu como era evidente a preocupação com o uso racional da água na escola, bem como a adoção de projetos em Educação Ambiental que tinham como foco abordar a questão do lixo, já que um dos problemas que foi detectado na comunidade estava no descarte inadequado do lixo próximo à escola. Justamente isso produzia mau cheiro e promovia diversos transtornos para a comunidade, como a proliferação de insetos vetores de doenças (FURTADO, 2020).

Outra produção com contribuição significativa foi o estudo de Krauser (2013) a respeito do Programa Parâmetros em Ação – Meio Ambiente, que foi instituído pela Política Nacional de Educação Ambiental para a formação continuada de professores nos municípios de Paragominas, Ipixuna, Dom Eliseu e Ulianópolis, no Pará.

O programa voltava-se para a implementação de práticas escolares de Educação Ambiental na educação básica através de atividades interdisciplinares, transversais, e da inserção no conteúdo de cada disciplina – motivo pelo qual a organização do trabalho pedagógico deveria ser estabelecida a partir da pedagogia de projetos interdisciplinares.

Já ao analisar a política pública de Educação Ambiental direcionada à educação básica durante o governo Hélio Gueiros (1993-1996), Santos (2021) descreve de modo detalhado o contexto histórico, político e econômico no qual a proposta de institucionalização da Educação Ambiental na rede municipal de Belém se materializou, tendo como fundamentação os discursos dos governantes do quadriênio 1993-1996 e as normativas legais que justificavam a necessidade de adesão da Educação Ambiental como investimento para a qualidade de vida e o desenvolvimento municipal sustentável.

Para alcançar essa finalidade, houve investimento na construção e reforma de escolas, como a Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, em Outeiro, o Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira, no Guamá, o Liceu Escola de Artes e Ofícios Mestre “Raimundo Cardoso”, em Icoaraci, e o Complexo Educacional Parque Amazônia, na Terra Firme, que se tornaram as referências desta política municipal.

Para que essa política acontecesse no contexto escolar, foram organizados *Cadernos de Orientação para os Caminhos da Educação*, publicados em 1993, 1994 e 1996, que abordavam as etapas de implantação nas dimensões administrativa, pedagógica e de execução de práticas pedagógicas de Educação Ambiental nas referidas unidades escolares, pautando-se no desenvolvimento humano, contudo, dentro do contexto da sustentabilidade ambiental.

Nas unidades escolares, o trabalho pedagógico em torno da Educação Ambiental se pautava em ações de cunho teórico e prático, de acordo com as propostas do *Cadernos de Orientação*. O Projeto Político Pedagógico que orientava esse trabalho possuía como referência teórica a concepção de Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável, com o uso de recursos construídos por alunos, orientados por professores, que elaboravam seus planos de aula e realizavam a escolha de temas alinhados com a política de educação instituída pelo governo do então prefeito, Dr. Hélio Gueiros (1993-1996).

Por sua vez, ao analisar o campo dos saberes e das práticas de Educação Ambiental na educação em Ciências, Nonato (2018) dedicou-se a investigar os processos pedagógicos voltados para a questão ambiental, buscando estabelecer o diálogo entre os saberes e as bases da educação em Ciências, tendo

como locus de pesquisa a Escola Pública Estadual de Ensino Fundamental de 1º a 9º ano, “Quinze de Outubro”, localizada no bairro do Guamá.

Segundo a perspectiva da autora,

A escola é aceita pela comunidade local, há uma integração entre a gestão e a equipe pedagógica que tem como destaque o compromisso com o ensino-aprendizagem e bem-estar dos alunos, e isso se evidencia na maneira pela qual a escola busca manter a organização e funcionamento da escola, e a valorização da participação da comunidade local e dos pais nas atividades escolares.

Como pontos que ainda precisam ser melhorados e ampliados destaca-se a necessidade de investimento em infraestrutura como laboratórios, quadra de esportes, necessidade de investimento em recursos humanos (NONATO, 2018, p. 66).

Conforme suas vivências no desenvolvimento da pesquisa, ela chegou a algumas constatações, em especial sobre a importância do alinhamento entre as ações pedagógicas do ensino de Ciências e as ações direcionadas ao meio ambiente, com a organização administrativa, a integração da equipe para o bom funcionamento da escola e o fortalecimento da participação da comunidade e de pais no cotidiano escolar.

Destacou também o quanto “a conscientização se faz na ação diária da relação professor e aluno, em que se busca por meio da concepção de si mesmo, do mundo e do outro e da tríade relação entre eles, à humanização dos sujeitos envolvidos no processo educativo” (NONATO, 2018, p. 66).

Com a finalidade de pesquisar a respeito da Educação Ambiental instituída no município de Belém, tomando como categorias analíticas a gestão escolar e o Projeto Político Pedagógico, Pinto (2021) se ampara nas previsões legais da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Base da Educação, que definem a gestão democrática como princípio da educação brasileira. Para a autora,

O atual PPP da Escola Bosque configura-se como um avanço importante na busca pelo rompimento e superação de uma visão despolitizada e acrítica, ainda muito presente na prática pedagógica das escolas. Isso foi notado tanto em relação à maneira colegiada e participativa como o PPP foi construído, apesar das limitações, quanto ao modo como o texto direciona suas análises diagnósticas.

Assim chegou-se à algumas constatações ao longo do processo de elaboração do PPP, que revelaram tensões e disputas de poder no interior da escola, o que refletiu na forma de organização do trabalho pedagógico com foco no fomento da Educação Ambiental (PINTO, 2021, p. 9).

No tocante à EA e à organização do trabalho pedagógico, Pinto (2021) analisa o PPP e parte da seguinte inquietação: “O que significa aprender por Projeto?”. O autor alcançou o total de 25 respostas, todas muito interessantes, das quais destacam-se:

- Significa construir um aprender sistematizado, planejado, onde o sujeito é responsável pelo seu desenvolvimento e desenvolvimento do meio em que está inserido; é um aprender não individualizado.
- Significa aprender a partir de um conhecimento proposto por um autor, onde o aluno também participa.
- Projeto envolve planejar, pesquisar, envolver-se com o objeto da pesquisa, ele é amplo, envolve vários tópicos e abrange assuntos diversificados.

- Aprender por projeto, significa colocar em prática algo cuja sua viabilização traga uma resposta positiva, para os integrantes do mesmo, pois a aprendizagem ocorrerá através da união entre teoria e prática.
- Significa considerar o aluno enquanto sujeito da aprendizagem, ser ativo e participante que constrói a sua aprendizagem, interagindo com seu meio social (PINTO, 2021, p. 113).

De acordo com Pinto (2021, p. 113), a compreensão dos envolvidos na construção do PPP da escola pauta-se no entendimento de que a “aprendizagem por projeto passa primeiro um planejamento de conteúdo, pela questão da teoria e prática em sala de aula, pela interação entre professores e alunos, pela construção do saber a partir da relação com o meio social, econômica e política”.

Já no âmbito da Educação Ambiental, foi possível notar a ausência de falas que diretamente abordassem a natureza, o meio ambiente ou as questões ambientais; o único elemento a tangenciar a EA foi à fala que menciona o “meio social”.

Logo, em sua imersão analítico no campo, a autora questionou se o objetivo do PPP é trabalhar a EA. Isso não ficou nítido nas falas que deram origem ao PPP ou nas falas elegidas como significativas para justificar a organização da proposta de trabalho pedagógico na escola e no PPP, que é o instrumento norteador das ações no contexto da escola.

Para a autora, não há nitidez no caminho metodológico para trabalhar a Educação Ambiental na escola. Com isso, ela observou como ainda era necessário amadurecer tanto os conhecimentos a respeito da pedagogia de projetos, quanto às ações interdisciplinares de EA como proposta de trabalho pedagógico na escola.

Os atos de refletir sobre a organização do trabalho pedagógico, pensar o trabalho coletivo na escola e, a partir daí, repensar o PPP como possibilidade de uma educação emancipatória e de Educação Ambiental crítica são todos desafios que provocam e levam este estudo a entrar em questões complexas e contraditórias.

Complexas, pois buscam olhar para o espaço pedagógico, a fim de ver nele elementos essenciais de compreensão da educação, suas práticas e suas conexões com as perspectivas de Educação Ambiental – conforme são traduzidas nos cadernos orientadores das práticas pedagógicas na escola. Contraditórias, pois a realidade que se desvela a partir da análise torna evidente as faces que são ocultadas pela escrita dos oficiais.

Portanto, demonstra-se com isso quais práticas de fato têm-se materializado no espaço escolar que diz fazer Educação Ambiental – especialmente naqueles que são postos como referência de Educação Ambiental no contexto institucional da Região Metropolitana de Belém.

Tendo em vista as considerações sobre os achados no mapeamento realizado, foi possível aqui evidenciar a compreensão a respeito do papel da gestão como articuladora e responsável pela administração pedagógica da escola. Essa postura implica a utilização racional dos recursos envolvidos

no processo (racionalização) e a coordenação do esforço humano coletivo (coordenação) para promover aprendizagem e a formação de alunos na escola básica.

Além do mais, esta organização contribui para que as práticas de Educação Ambiental Crítica reflitam na escrita do projeto político pedagógico da escola, na proposta curricular e no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, com a finalidade de promover a consciência crítica e o engajamento político ao se analisarem as questões ambientais.

4 CONCLUSÕES

Diante da necessidade de realizar o mapeamento da Educação Ambiental, da gestão escolar e da organização do trabalho pedagógico na escola básica, é possível ver que se está enfrentando um grande desafio, pois estes são assuntos que tradicionalmente são analisados separadamente.

Assim, ao buscar investigar as produções que trazem em seu bojo a articulação entre as categorias Gestão Escolar, Organização do Trabalho Pedagógico e a Educação Ambiental, observa-se que não há uma abordagem integradora das categorias, mas sim a realização de análise de duas categorias ou de apenas uma delas à medida que são elegidas pelos pesquisadores para serem exploradas, fato este justificável pela especificidade que cada categoria possui.

As produções intelectuais sinalizam para a organização do trabalho pedagógico em Educação Ambiental resultante de projetos interventivos oriundos das vivências dos alunos e do contexto local, de acordo com Furtado (2020) e Nonato (2018). Na perspectiva apresentada por Krauser (2013), a EA foi organizada em atividades interdisciplinares, transversais e com inserção no conteúdo de cada disciplina.

Sob outra perspectiva, Santos (2021) e Pinto (2021) apontam que as práticas pedagógicas de EA são resultados do tripé ensino, pesquisa e extensão, e estavam contidas no currículo e no Projeto Político Pedagógico como eixo articulador das atividades escolares.

Uma vez realizado o levantamento das dissertações no âmbito dos PPGs da UFPA, identificou-se que essa instituição possuía em seu repositório publicações dessa natureza que abordavam as categorias analíticas selecionadas pelo projeto de pesquisa.

Este fato se justifica pela tradição da UFPA, instituição que desde a década de 1970 vem investindo em esforços para debater a respeito de políticas públicas de desenvolvimento para a região amazônica. Com isso, ela tenta assegurar a preservação do meio ambiente e um desenvolvimento socioeconômico sustentável, por exemplo, através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) desde 1972.

Considerando como a Educação Ambiental teve como marco a Lei nº 9.795/1999, que define a Política Nacional de Educação Ambiental, e pensando nas interfaces com sua aplicabilidade no contexto escolar, os debates no campo acadêmico das Ciências Sociais e Educação do estado do Pará

têm como referência as produções a partir de 2005, resultado da criação dos programas de pós-graduação como: o Programa de Pós-Graduação em Educação, criado em 2003; o Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGDOC), criado em 2014; o Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), criado em 2015; e o Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), criado em 2015.

Nesses programas, as linhas de pesquisas que possuem relação direta com a Educação Ambiental são: a) o Programa em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), que possui a linha de pesquisa Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Básica, que aborda a temática Educação Ambiental e Desenvolvimento da Amazônia, b) o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), com a linha de pesquisa Gestão Ambiental, especificando-se a temática Educação Ambiental e Sustentabilidade em suas pesquisas.

Logo, esse levantamento inicial realizado que balizou as análises do presente texto, demonstra como o campo da Educação Ambiental está em processo de construção no cenário da Amazônia paraense e o quanto a Universidade Federal do Pará se destaca como pioneira ao abordá-la em seus programas – não obstante faça-o maneira tímida, como por meio das linhas de pesquisas relacionadas à gestão e à organização do trabalho pedagógico na escola ou, em nível de planejamento, à organização e gestão pública.

Na análise dos textos, foi possível perceber que a escola segue os princípios norteadores que permeiam a organização administrativa e pedagógica nesse espaço. Como consequência, isso promove a escolha de ações e práticas de Educação Ambiental alinhadas com as perspectivas que orientam a mentalidade do momento, em termos históricos e políticos. Isso se dá em razão de a escola precisar estar organizada e estruturada para contemplar as perspectivas pertinentes a um determinado ambiente sócio histórico.

Com relação a unidade escolar esta funciona como uma organização social na qual a gestão introduz profundamente os princípios da racionalidade nas relações estabelecidas no seu interior, assim como em outras instituições públicas ou privadas.

Desse modo, evidencia-se que, para alcançar seus objetivos na lógica da racionalidade, não é necessário questionar os fins de uma ação ou de uma prática, pois o que importa é definir os meios mais eficazes para alcançá-los.

Ainda nessa reflexão da escola como organização, pode-se concluir que ela possui funcionamento próprio, por si mesma, e independe da vontade e da decisão de seus membros. Segundo essa lógica, é ela que determina os procedimentos e os conhecimentos das ações a serem realizadas, além de indicar as pessoas competentes para realizá-las.

Esse é o caráter ideológico da organização, incorporado pela escola, que ignora os sujeitos sociais, levando a crer que as ideias emanam diretamente do seu funcionamento em caráter organizacional, conforme explicitado nas produções de Furtado (2020) e Nonato (2018).

No tocante ao trabalho pedagógico e à Educação Ambiental observa-se que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que a escola possa de fato alcançar práticas pedagógicas sob a perspectiva emancipatória e crítica. Os temas água, lixo e poluição foram os mais citados nas produções acadêmicas dissertativas, e a maneira pela qual os profissionais da escola básica têm buscado desenvolver lá esta ancorada na chamada pedagogia de projetos e na perspectiva de conscientizar os alunos para a cidadania.

Nota-se que, enquanto espaço de formação humana, amparado pelos instrumentos de gestão e pelo coletivo social, a escola ainda está se apropriando das bases da pedagogia de projetos, por um lado, e do que a normativas orientam sobre a institucionalização da Educação Ambiental e sua organização na escola, por outro.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1585, de 20 de junho de 2003. Brasília, DF: MEC, 2003.
- FREITAS, S. C. S. Construção de políticas públicas de educação ambiental em Belém do Pará de 1997-2004. 2005. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- FURTADO, S. C. S. Consumo racional da água: uso de sequência didática no ambiente escolar. 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino de Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- HAGE, S. M. Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg, 2005.
- KRAUSER, H. M. K. Programa Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola: avaliação de sua efetividade na rede pública de ensino em quatro municípios no estado do Pará. 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.
- LOUREIRO, C. F. B. Proposta pedagógica. In: BRASIL. Ministério da Educação. Salto para o futuro: Educação Ambiental no Brasil. Brasília, DF: MEC, 2008a. p. 3-12.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e Movimentos Sociais na Construção da Cidadania Ecológica e Planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008b. p. 05-47.
- NONATO, K. M. O. Saberes Ambientais: diálogos e construção de uma proposta de ensino para a Educação em Ciências. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Docência em Ciências e Matemática) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- PINTO, E. C. R. Processo de construção do projeto político-pedagógico em escola básica na Amazônia paraense: a questão da participação e o lugar da Educação Ambiental na realidade da Escola Bosque do Outeiro, Belém, Pará. 2021. 179 f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- SANTOS, T. L. Análise do aspecto ideológico do discurso legitimador das políticas públicas educacionais ambientais da gestão municipal de Belém (1993 a 1996). 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- SILVA, J. B. Educação Ambiental na prática: um estado do conhecimento acerca das ações de EA em escolas da rede básica de ensino na região metropolitana de Belém, estado do Pará - Portaria NEB/UFPA nº 09/2022, de 13 de abril de 2022. Belém: NEB/UFPA, 2022.



TOZONI-REIS, M. F. C. Educação ambiental na escola básica: reflexões sobre a prática dos professores. Revista Contemporânea de Educação, v. 7, p. 276-288, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce.v7i14.1670>